

**ABCP PROMOVE DEBATE EM DEFESA
DA PETROBRAS E LANÇA A REVISTA
"O PETRÓLEO É DO BRASIL"**

DIA 18 EM **SANTOS**
17H30 SEDE DO SINDIPETRO

AV. CONSELHEIRO NÉBIAS, 248 - VILA MATHIAS

CONVIDADOS

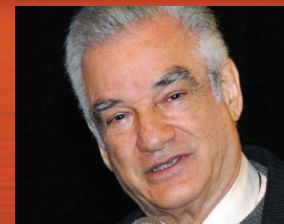
ILDO SAUER,
ex-diretor de Energia e
Gás da Petrobras,
vice-diretor do IEE-USP



LUCIANO ZICA,
ex-deputado federal, lutou
pelos royalties do petróleo



FERNANDO SIQUEIRA,
engenheiro aposentado da
Petrobras e vice-diretor de
comunicação da AEPET



PARTICIPE!
**APÓS O DEBATE, HAVERÁ DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA DE REVISTAS E COQUETEL
AOS PARTICIPANTES**

A revista, feita em parceria com a Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), traz uma série de textos para esclarecer à sociedade as verdades e mentiras sobre a Petrobras. **Na ocasião, a ABCP irá ainda homenagear os petroleiros que foram punidos durante os anos de Ditadura Militar, a partir de 1964, e que defenderam como poucos a Petrobras e por consequência, a soberania nacional.**

GOVERNO QUER ENTREGAR POR R\$ 100 BILHÕES RESERVAS QUE SÓ EM ROYALTIES VALEM SEIS VEZES MAIS

Um projeto de lei do deputado federal José Carlos Aleluia DEM-BA, já aprovado na Câmara Federal, pretende vender 70% das áreas da chamada Cessão Onerosa - hoje nas mãos da Petrobras.

De acordo com os mais otimistas, o leilão da cessão onerosa poderia arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões à união.

Entretanto, estudos realizados pela Petrobras em 2014 já revelaram que o volume de petróleo encontrado nas áreas pertencentes à Cessão Onerosa é muito superior ao volume de óleo equivalente contratado. O excedente, com base nos estudos, equivalia entre 9,8 a 15,2 bilhões de barril equivalente.

Somando-se estes volumes excedentes aos 5 bilhões que a União cederia à Petrobras, como incentivo à exploração e desenvolvimento do pré-sal, estamos falando de algo entre 15 e 20 bilhões de volume recuperável.



Esses números demonstraram que a contratação direta da Petrobras para a exploração desses campos, por meio do regime de partilha, iria gerar mais de R\$ 640 bilhões em royalties e excedente em óleo para a saúde e educação, sendo o montante reservado para esta última equivalente a R\$ 481,7 bilhões.

Todo esse dinheiro, apenas em royalties, pode ser vendido por R\$ 100 bilhões, proporcionalmente **um valor praticamente seis vezes menor**. Se a cessão onerosa for para as mãos das multinacionais, como pretende o projeto de lei 8939/2017, o Brasil irá perder o controle sobre uma das últimas reservas

com volumes que chegam à casa dos bilhões. Pressione os parlamentares e se some aos protestos e atividades em defesa da Petrobras e do petróleo brasileiro!

A CESSÃO ONEROSA foi o mecanismo encontrado pelo governo, em 2010, para reforçar o caixa da Petrobras para enfrentar os desafios de exploração e desenvolvimento no Pré-sal que, de fato, exigiam investimentos de bilhões de dólares. Através do contrato da Cessão Onerosa, a União cederia à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões boe (barril de óleo equivalente). A estatal pagaria de uma só vez pelos barris a serem produzidos. Com a Cessão Onerosa o governo teria também a oportunidade de aumentar a participação do estado brasileiro no controle da estatal.

CAMPANHA SEM A NOSSA ENERGIA NÃO ROLA



A ABCP segue impulsionando a campanha "Sem a Nossa Energia Não Rola", que vem produzindo conteúdos para todo o Brasil, divulgando a importância da Petrobras para a sociedade e economia do país. A campanha visa mostrar para todos o papel estratégico do petróleo para o desenvolvimento do Brasil e o real papel da Petrobras nesse processo. Já em

fase de produção, a próxima novidade será a exibição de documentário mostrando que a influência da Petrobras no país vai muito além da extração e refino do petróleo. O filme contará com a participação de trabalhadores, donas de casas, esportistas, jornalistas, artistas e personalidades de diferentes áreas da sociedade.

Assista a prévia do documentário no link:

<https://youtu.be/E3zs-qBG44A>

Confira os materiais produzidos pela campanha na Fanpage:

<https://www.facebook.com/naorola.org/>

POR QUE SOMOS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS?

Uma das argumentações da casta política sem qualquer compromisso com o país para justificar a privatização da Petrobrás, e os leilões dos campos do pré-sal, é dizer que temos muito petróleo e que em breve não será mais tão valioso. Afinal, dizem eles, as novas tecnologias logo irão substituí-lo por outras matrizes energéticas, como a luz solar e eólica.

Com esse discurso, o governo tem permitido a entrega das reservas da Petrobras a preço de banana, como aconteceu com a venda de três campos de petróleo na Bacia de Campos (RJ). Os campos de Carapeba, Vermelho e Pargo foram vendidos por de US\$ 370 milhões (cerca de R\$ 1,4 bilhões).

Segundo estudo do Dieese, o valor é praticamente irrisório se comparado com o potencial dos três campos. Com base nos dados públicos fornecidos pela ANP,

as reservas atuais, de outubro de 2018, dos campos de Pargo, Carabepa e Vermelho são de 1,5 bilhões de barris de petróleo e 6,7 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Ou seja, pelo preço atual do barril de petróleo, a Petrobras abriu mão de campos que equivaleriam a R\$ 441 bilhões. A maior empresa do país vendeu seu futuro por, aproximadamente, 0,3%.

A privatização da Petrobras não se trata de venda, mas de entrega criminosa do petróleo descoberto pela país ao estrangeiro. É crime porque enquanto o governo transfere nossas riquezas, mantém mais de 50 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e mais de 10 milhões de miseráveis.

Por tudo isso, somos contra a privatização da Petrobras.

Se de fato as reservas internacionais de petróleo estão se esgotando, como é o caso dos EUA, a realidade brasileira é bem



200 BILHÕES DE BARRIS DE PETRÓLEO E GÁS NO PRÉ-SAL
É a estimativa de um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Óleo e Gás da UERJ, em 2015

diferente. No mínimo, teremos por mais meio século a produção de petróleo em nosso país. Essa vantagem frente aos países desenvolvidos poderia servir de alavanca para o desenvolvimento justo e igualitário do Brasil, gerando milhões de empregos, estimulando o crescimento da indústria nacional e injetar grandes somas na

R\$ 50 TRILHÕES

É o que representam essas reservas, quando multiplicadas pelo preço médio do barril (79 dólares). Esta conta já considera o custo de extração, que é de 8 dólares por barril.

Educação, Saúde e Segurança, alçando o país a índices de desenvolvimento humano como o da Noruega, o sétimo país mais rico do mundo. De acordo com estudos da ANP e Petrobras, existe ainda cerca de 100 bilhões de barris de petróleo em reservas em potencial, com 90% de chances de serem provados já nos próximos anos.

POR QUE QUEREM TANTO VENDER O PRÉ-SAL?

Com os leilões do pré-sal, além de perder petróleo, entregamos nossa tecnologia para outras empresas. Graças ao baixo custo da produção, a Petrobras extrai o petróleo do pré-sal por US\$ 7 (sete dólares)! Pagando todos os impostos, salários e custos de extração, a companhia consegue um custo abaixo do que é praticado mundialmente (média de

US\$ 10,8). O barril do petróleo é vendido hoje por US\$ 81,87 dólares (R\$ 319), ou seja, mais de 11 vezes o valor do custo de produção. É um negócio para deixar qualquer país livre da influência do mercado. Por isso, os leilões do petróleo - de reservas já provadas - são sistematicamente exigidos pelo grande mercado e lesam os interesses do país.

O futuro governo quer mudar o modelo de exploração, passando da lei da partilha para "concessão". Neste modelo, quem vence o leilão fica dono do campo durante o período acordado, pagando apenas taxas e royalties para a União. Na partilha, a União continua sendo dona do petróleo, e a produção é partilhada com a ganhadora do

leilão, que fica com o percentual que exceder os custos de exploração e produção. Isso significa que, no médio e longo prazo, a União (o Brasil) tende a ter um ganho maior no médio e longo prazo. Além disso, na partilha exige-se conteúdo local, para estimular emprego, e os royalties são por lei destinados à educação (75%) e saúde (25%).

AS 5 AÇÕES NOCIVAS DO NOVO GOVERNO

1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O sistema previdenciário defendido por Bolsonaro consiste no fim da previdência pública tal qual conhecemos hoje, introduzindo **o regime de capitalização**. Inspirado no modelo chileno de previdência, ele permite que gestores da iniciativa privada administrem a poupança dos trabalhadores. Bancos, seguradoras e fundos de pensão estatais poderão se credenciar para administrar o dinheiro de quem ingressar no regime de capitalização. O grande absurdo desta proposta é que o modelo usado como inspiração, o chileno, está em profundo colapso Segundo o órgão

regulador do sistema de aposentadorias do país, **os aposentados chilenos recebem de benefício, em média, de 30% a 40% do salário mínimo local**.

Seja por falta de renda, seja por anos no trabalho informal, uma realidade agravada no Brasil com a reforma trabalhista, a imensa maioria dos chilenos não teve condições de poupar e se deparou com uma velhice sem renda. Em outras palavras, a reforma defendida até aqui por Bolsonaro representa, na prática, o fim das aposentadorias para a imensa maioria dos brasileiros, que irão morrer sem o direito a se aposentar.

2. MANUTENÇÃO DO SISTEMA CORRUPTO

Bolsonaro promete moralizar o país, mas as primeiras indicações para ministros parece apontar para o mais do mesmo do velho sistema corrupto brasileiro. **Onyx Lorenzoni**, que será Ministro da Casa Civil de Bolsonaro, já admitiu ter feito uso de Caixa 2 nas eleições de 2004, quando recebeu R\$ 200 mil da JBS, sendo que ainda pesa sobre ele a denúncia de que teria recebido em 2006, também como caixa 2, R\$ 175 mil.

O futuro ministro da saúde, **Luiz Henrique Mandetta**, é investigado por tráfico de influência, fraude em licitação e caixa 2 quando foi secretário de saúde em Campo Grande (MS). Outra investigada é Tereza Cristina, anunciada como futura ministra da Agricultura. Em sua campanha para deputada federal recebeu doações de executivos diretamente ligados aos agrotóxicos. Além disso, concedeu incentivos fiscais ao grupo JBS enquanto ocupava o

cargo de secretária estadual de desenvolvimento agrário e produção do Mato Grosso do Sul. Segundo os delatores da empresa, a JBS conseguia um acordo para obtenção do crédito e, pagava propina que variava conforme o valor obtido com os créditos em troca.

O futuro ministro da economia, **Paulo Guedes**, é investigado por irregularidades na gestão financeira de fundos de investimento. Suspeita-se de que os lucros excessivos obtidos por Paulo Guedes tenham sido irregulares. Por fim, cabe lembrar que o próprio Bolsonaro, em 2014, recebeu da JBS na forma de caixa 2 R\$ 200 mil. Embora tenha repassado esse dinheiro ao partido, na época o PP de Maluf, na sequência teve o dinheiro devolvido integralmente, o que configura lavagem de dinheiro. Questionado sobre a propina, Bolsonaro disse: “qual partido não recebe?”.



3. RETIRADA DE DIREITOS

Jair Bolsonaro já declarou que o trabalhador terá que escolher entre “menos direitos e emprego ou todos os direitos e desemprego”. A lógica é perversa: para conseguir trabalho é preciso se submeter às exigências dos patrões, que passam pela retirada de direitos, redução salarial e jornadas de trabalho exaustivas. Será o governo do lucro acima de tudo, os empresários acima de todos.

4. PRIVATIZAÇÕES

Apesar de seu discurso patriótico, Bolsonaro promete um amplo plano de privatizações. No caso da Petrobras, o primeiro alvo são as refinarias e a indicação do economista **Roberto Castello Branco** para a presidência da companhia reforça este giro. Em 2 de junho de 2018, em artigo publicado na Folha de S. Paulo sob o título “É urgente a necessidade de se privatizar não só a Petrobras, mas outras estatais”, deixou claro sua completa submissão aos interesses do mercado internacional.

5. GREVES E LUTAS SOCIAIS SERÃO CRIMINALIZADAS

Bolsonaro já deu inúmeras demonstrações de intolerância a quem se opõe às suas ideias, assim como às minorias (LGBTs, negros e negras, mulheres). Já disse, por exemplo, que os sindicatos precisam ser varridos do país. No Congresso e Senado, já estão em pauta projetos que visam classificar como terrorismo todo e qualquer protesto. **Bolsonaro** quer aplicar duros ataques à classe trabalhadora, por um lado, e criar um clima de perseguição e autoritarismo de outro, para aplicar as medidas exigidas pelo mercado sem resistência.